

DOI: <https://doi.org/10.48195/sepe2025.29906>**PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EM COMUNIDADE INDÍGENA:
EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL NO PET-SAÚDE EQUIDADE****Vitoria Kirinus Danski^{1*}; Luiza de Camargo Lehr²; Maria Eduarda Rossato³; Luiza Millani Hoffmann⁴; Amanda Vaz Schultz⁵; Julieli Rosso⁶; Juliana Silveira Colomé⁷****RESUMO**

A formação de profissionais de saúde demanda cada vez mais práticas interprofissionais que integrem saberes acadêmicos e experiência prática para promover cuidado equitativo e humanizado no Sistema Único de Saúde. O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, na modalidade Equidade, busca integrar ensino, serviços de saúde e comunidade, fortalecendo a formação de estudantes e promovendo a qualificação em serviço. Este relato descreve a experiência de planejamento e execução de ações educativas sobre aleitamento materno em uma aldeia indígena de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, realizadas por estudantes de diferentes cursos, docentes e profissionais da saúde. A metodologia envolveu planejamento participativo com lideranças da comunidade, equipe escolar e equipe de saúde indígena, priorizando temas de saúde infantil e materna, utilizando estratégias interativas e participativas. A atividade principal consistiu em uma roda de conversa com mulheres da comunidade, abordando a importância do aleitamento materno e a posição correta para a amamentação, seguida da entrega de um kit educativo com materiais de fácil compreensão. Os resultados indicaram que a ação contribuiu para esclarecer dúvidas, corrigir práticas inadequadas e fortalecer a autonomia das mulheres, promovendo hábitos de cuidado com a saúde e valorizando o aleitamento materno. A experiência evidenciou ainda que a atuação em equipes interprofissionais possibilita uma visão ampliada sobre saúde, considerando aspectos técnicos, emocionais, sociais e culturais, e fortalece competências essenciais para atuação futura na rede SUS, como comunicação, sensibilidade cultural, planejamento e tomada de decisão colaborativa. A vivência demonstrou que o PET-Saúde Equidade vai além da

^{1*} Vitoria Kirinus Danski, Acadêmica de Nutrição, Bolsista do PET-Saúde, Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: vitoria.kirinus@ufn.edu.br. ORCID: orcid.org/0000-0002-0178-5984

² Luiza de Camargo Lehr, Acadêmica de Enfermagem, Bolsista do PET-Saúde, Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lehr.luiza@ufn.edu.br. ORCID: orcid.org/0009-0008-3499-6404

³ Maria Eduarda Rossato, Acadêmica de Jornalismo, Bolsista do PET-Saúde, Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: maria.rossato@ufn.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2139-1242>

⁴ Luiza Milani Hoffmann, Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: luizamilaniohoffmann@gmail.com. ORCID: [0009-0007-7836-1788](https://orcid.org/0009-0007-7836-1788)

⁵ Amanda Vaz Schultz, Acadêmica de Pedagogia, Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: amanda.vaz@ufn.edu.br; ORCID: [0009-0003-0230-1309](https://orcid.org/0009-0003-0230-1309).

⁶ Julieli Rosso, Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno Infantil, Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: julieli.rosso@ufn.edu.br. ORCID: [0000-0001-5881-6203](https://orcid.org/0000-0001-5881-6203).

⁷ Juliana Silveira Colomé. Orientadora. Doutora em Enfermagem. Coordenadora de Grupo do PET-Saúde Equidade. Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: juliana@ufn.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8059-1482>.

extensão acadêmica, sendo um espaço de aprendizado prático e transformação social, capaz de formar profissionais críticos, reflexivos e preparados para oferecer cuidado integral, ético e humanizado, em consonância com os princípios do SUS.

Palavras-chave: Educação em Saúde, Equidade em Saúde, Práticas Interprofissionais, Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO

A formação acadêmica e profissional na área da saúde exige, cada vez mais, a integração de saberes e práticas interprofissionais para atender às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma equitativa e humanizada. Conforme Barbosa *et al.* (2022), as Práticas Colaborativas Interprofissionais (PCI) referem-se ao conjunto de trabalhadores de diferentes áreas que interagem, dialogam e colaboram na construção de processos de cuidado. Essa prática baseia-se nos referenciais teórico-conceituais da Educação Permanente em Saúde (EPS) e da Educação Interprofissional em Saúde (EIP), que buscam transformar a atenção à saúde, promovendo integralidade, acesso universal e qualidade da assistência (Ogata *et al.*, 2021).

Essas metodologias são reconhecidas internacionalmente por promover mudanças significativas na formação e atuação da força de trabalho em saúde. No Brasil, elas inspiraram programas como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) para integrar ensino, serviços de saúde e comunidade para fortalecer a formação de profissionais de saúde do SUS. A iniciativa visa integrar estudantes, docentes, profissionais da saúde e representantes da sociedade civil organizada, com foco na qualificação em serviço e na iniciação ao trabalho (Brasil, 2010).

O PET-Saúde: Equidade, em sua 11ª edição (2024–2026), contempla 150 projetos distribuídos por todo o Brasil, com o objetivo de integrar ensino, serviço e comunidade, tendo a equidade como eixo central. O programa valoriza profissionais de saúde e aborda temas como gênero, raça, etnia, deficiência, saúde mental, violências no trabalho e maternagem (Brasil, 2023).

A equidade constitui um dos princípios fundamentais do SUS, articulando-se com os conceitos de igualdade e justiça social. Esse princípio orienta-se pelo reconhecimento das especificidades de cada indivíduo ou grupo social, considerando os determinantes sociais que impactam o processo saúde-doença (Brasil, 2024). Para garantir esses princípios junto às populações indígenas, foi instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), fundamentada no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, criado no âmbito do SUS pela Lei nº 8.080/90. Essa política assegura o acesso integral à saúde, respeitando as particularidades socioculturais, territoriais e históricas das comunidades indígenas, promovendo integralidade e equidade na atenção à saúde (Brasil, 1990; Freitas *et al.*, 2018).

Entre as prioridades de atenção à saúde infantil, o aleitamento materno (AM) se destaca como prática essencial para o crescimento e desenvolvimento saudável dos lactentes (Victora, 2016). Apesar dos avanços em políticas públicas e estratégias de promoção do AM, sua prevalência, especialmente da amamentação exclusiva, ainda se mantém abaixo do recomendado no Brasil, incluindo nas populações indígenas, que enfrentam determinantes sociais desfavoráveis, mudanças socioculturais e aumento da dependência de alimentos

industrializados, fatores que elevam o risco de desnutrição e agravos nutricionais (Maciel *et al.*, 2021;).

No Brasil, agosto foi instituído como o “Mês do Aleitamento Materno” pela Lei nº 13.435, de 12 de abril de 2017, período em que são intensificadas ações intersetoriais voltadas à conscientização e ao esclarecimento sobre a importância da prática (Brasil, 2017).

Diante desse contexto, é essencial que os profissionais de saúde adotem uma abordagem interprofissional e interdisciplinar, desenvolvendo um olhar sensível e abrangente, capaz de considerar os aspectos técnicos, emocionais, culturais e sociais envolvidos no cuidado à criança e à família. O reconhecimento da mulher como protagonista do processo de amamentar, valorizando, escutando e empoderando-a, constitui condição indispensável para o sucesso das ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno (Brasil, 2009).

Dessa forma, o presente relato tem como objetivo descrever a experiência de planejamento e execução de ações de saúde em uma aldeia indígena de Santa Maria – RS, com foco nas atividades educativas sobre aleitamento materno direcionadas às mulheres indígenas, no contexto do PET-Saúde/Equidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde Equidade), composto por estudantes dos cursos de Enfermagem, Jornalismo, Odontologia, Nutrição, Pedagogia e Psicologia, alunas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana (UFN), preceptores da Secretaria Municipal de Saúde e professoras da UFN.

O presente relato refere-se à ação de saúde realizada em uma aldeia indígena localizada no município de Santa Maria – Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2025. O planejamento da atividade ocorreu ao longo do primeiro semestre do mesmo ano, por meio de reuniões presenciais e virtuais que contaram com a participação de discentes bolsistas do PET-Saúde, docentes da UFN, a diretora e professores da escola indígena. Nessas reuniões, foram levantadas as demandas locais, debatidos os recursos disponíveis e definidas as atividades a serem desenvolvidas, de forma a contemplar tanto a promoção da saúde quanto a valorização da cultura indígena.

A ação foi organizada de maneira coletiva, com a colaboração da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) e da equipe pedagógica da escola da aldeia, buscando integrar os diferentes olhares profissionais e respeitar as especificidades culturais da comunidade. Para isso, adotaram-se metodologias participativas e interativas, que priorizaram o diálogo, a troca de saberes e a escuta qualificada da comunidade. A temática escolhida foi o Agosto Dourado, campanha nacional dedicada à valorização e promoção do aleitamento materno, sendo as atividades elaboradas com linguagem acessível, recursos lúdicos e estratégias de Educação em Saúde adaptadas à realidade da comunidade indígena.

Como material de apoio, foi elaborado um panfleto educativo, intitulado “Amamentar: Único, natural e poderoso”, que apresentou informações essenciais sobre a prática do aleitamento materno. O conteúdo contemplou orientações sobre a importância da amamentação na primeira hora de vida (hora ouro), o incentivo à amamentação em livre demanda, a recomendação de evitar mamadeiras e chupetas, bem como o encorajamento para buscar apoio profissional em caso de dificuldades. Para aproximar a mensagem da realidade local, o material incluiu ilustrações representativas da cultura indígena, valorizando a identidade da comunidade e promovendo maior identificação com o tema.

Além do panfleto, foi preparado um kit educativo destinado às participantes, contendo sabonete líquido de glicerina e sachês de chá, que simbolizaram cuidado, acolhimento e incentivo à saúde e bem-estar. Esses elementos tiveram como objetivo reforçar o vínculo

entre a equipe e a comunidade, aproximando o conhecimento científico de práticas simples e cotidianas.

As vivências relatadas foram desenvolvidas em formato de oficinas educativas, rodas de conversa e dinâmicas de grupo, envolvendo gestantes, mães, pais, crianças e profissionais da escola. Além disso, foram utilizados materiais visuais e atividades práticas que possibilitaram a participação ativa dos integrantes da comunidade, fortalecendo a compreensão do tema. O processo foi acompanhado e registrado por meio de fotografias autorizadas e relatos dos participantes, com o objetivo de subsidiar futuras ações e reflexões acadêmicas.

Dessa forma, a atividade integrou-se às ações contínuas do PET-Saúde Equidade da Universidade Franciscana, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria, reafirmando o caráter interdisciplinar e interinstitucional do programa e contribuindo para a formação profissional sensível às necessidades de populações em situação de vulnerabilidade social e cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção de estratégias intersetoriais para a promoção da saúde em comunidades indígenas tem se consolidado como uma prática necessária para garantir a equidade no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, integrantes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde Equidade) e pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana (UFN), em articulação com gestores da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria, iniciaram, em junho de 2025, um processo participativo de elaboração de um plano de trabalho voltado à saúde indígena no município.

Esse processo de planejamento foi desenvolvido de forma dialógica, envolvendo lideranças da comunidade indígena Guarani, a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena e a Escola Guarani Yvyra Ija Tenonde Vera Miri. Conforme Freire (1987), a construção coletiva do conhecimento e das práticas emancipatórias em saúde demanda o diálogo horizontal, no qual educadores, gestores e sujeitos sociais compartilham saberes e experiências.

No dia 12 de junho de 2025, realizou-se uma reunião na Aldeia Indígena com a participação da direção da escola, professores indígenas, o cacique da comunidade Guarani, bolsistas do PET-Saúde Equidade e docentes da Universidade Franciscana. O encontro teve como objetivo identificar necessidades e definir temas prioritários para atividades educativas e de promoção da saúde, em consonância com o Programa Saúde na Escola (PSE) nos territórios indígenas, ciclo 2025–2026, proposto pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)/ Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Interior Sul. Entre os temas definidos, destacam-se: saúde ambiental; alimentação saudável, atividade física e prevenção da obesidade; cultura de paz e direitos humanos; prevenção das violências, acidentes e uso de álcool, tabaco e outras drogas; situação vacinal; saúde sexual e reprodutiva; HIV/IST; saúde bucal; saúde mental; e valorização das medicinas indígenas.

Como parte do planejamento da atividade, as acadêmicas elaboraram uma cartilha educativa intitulada “Amamentar: Único, natural e poderoso”, com o objetivo de servir como instrumento pedagógico durante a ação e de fortalecimento da autonomia comunitária no cuidado em saúde. O material foi desenvolvido a partir dos temas definidos previamente, contemplando orientações sobre a amamentação na primeira hora de vida, a prática em livre demanda, a importância de evitar mamadeiras e chupetas, bem como o incentivo à busca de apoio profissional em situações de dificuldade. A cartilha foi produzida com linguagem simples, ilustrações representativas da cultura indígena e informações adaptadas à realidade local, buscando garantir maior acessibilidade e identificação da comunidade com o conteúdo.

A atividade alusiva ao Agosto Dourado foi realizada no dia 21 de agosto, no turno da manhã, na Unidade de Saúde da Aldeia. O encontro contou com a participação de bolsistas do PET-Saúde, dos cursos de Enfermagem, Pedagogia e Psicologia, alunas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana, além de profissionais da própria Unidade. Desenvolveu-se uma roda de conversa com o total de oito mulheres da comunidade, abordando a importância do aleitamento materno e a relevância da pega correta para o sucesso da amamentação.

A relevância desta ação se evidencia diante da influência significativa que a falta de conhecimento e a circulação de informações equivocadas sobre o aleitamento materno exercem sobre a adesão, a continuidade e a qualidade da amamentação, fatores determinantes para a saúde materno-infantil. Além disso, barreiras culturais, sociais e institucionais podem dificultar a adoção de práticas adequadas, tornando o acesso a informações confiáveis ainda mais essencial. Nesse contexto, o diálogo mediado por profissionais de saúde, aliado a estratégias educativas planejadas e culturalmente sensíveis, possibilita esclarecer dúvidas, corrigir práticas inadequadas e fortalecer a promoção do aleitamento materno. (Pinto *et al.*, 2018).

O aleitamento materno é reconhecido como a forma mais natural e econômica de nutrir o lactente, oferecendo benefícios diretos à saúde da criança, como proteção contra diarreias, infecções respiratórias e reações alérgicas, além de favorecer o desenvolvimento muscular facial e a função respiratória (Brasil, 2019). Para as puérperas, o aleitamento materno contribui para a redução do peso pós-parto, aumento da contratilidade uterina, atuação como método contraceptivo natural e diminuição da incidência de câncer de mama e ovário (Brasil, 2019).

A realização de ações educativas que enfatizam a pega e a posição correta se mostra essencial, pois a literatura aponta uma lacuna significativa no conhecimento das gestantes sobre esses aspectos, como evidenciado nos estudos de Santana *et al.* (2018) e Amaral *et al.* (2021), que avaliaram o conhecimento de puérperas acerca da amamentação. O posicionamento adequado do binômio mãe-bebê e a pega efetiva previnem complicações mamárias, tais como dor ao amamentar, traumas mamilares e ingurgitamento mamário. Dessa forma, ensinar a pega correta contribui para reduzir a probabilidade de interrupção precoce do aleitamento materno, uma vez que problemas mamários estão entre as principais causas de desmame precoce (Rosa; Delgado, 2017).

Além disso, a experiência evidenciou que a realização de atividades educativas de forma interprofissional e participativa contribui para fortalecer o vínculo entre as mulheres da comunidade e os profissionais de saúde (Santos *et al.*, 2021). A interação direta permite não apenas a transmissão de informações, mas também a escuta ativa das necessidades e dificuldades das puérperas, favorecendo intervenções contextualizadas e culturalmente sensíveis (Paiva *et al.*, 2020).

Foi observado que a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como Nutrição, Enfermagem, Psicologia e Pedagogia, possibilita uma abordagem integral do cuidado à saúde infantil e materna, favorecendo a compreensão dos fatores biopsicossociais que impactam a amamentação. Essa perspectiva interdisciplinar evidencia que a promoção do aleitamento materno vai além do aspecto nutricional, abrangendo também dimensões emocionais, culturais e sociais, fundamentais para a adesão e a manutenção da prática (Modak *et al.*, 2023).

Após o momento de conversa e troca de experiências, cada participante recebeu um kit educativo, composto por sabonete líquido de glicerina, sachês de chá e um folder com informações sobre amamentação, apresentado de forma lúdica e de fácil compreensão. O sabonete foi incluído como um símbolo de cuidado e higiene, reforçando a importância da atenção aos cuidados pessoais e à saúde da mãe e do bebê. O chá, por sua vez, teve uma

função dupla: além de ser um recurso prático de conforto e bem-estar, também serviu como elemento de incentivo à rotina de autocuidado e momentos de acolhimento, reforçando estratégias simples que podem favorecer a amamentação e a qualidade de vida materno-infantil.

O material foi elaborado pelas bolsistas do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) e teve como objetivo apoiar a autonomia das famílias no cuidado com a saúde materno-infantil.

Figura 1 – Cartilha educativa sobre aleitamento materno

**Amamentar
Único, natural
e poderoso**

 Inicie na primeira hora de vida - **Hora ouro.**

 Amamente em livre demanda.

 Evite mamadeiras e chupetas.

 Procure apoio se sentir dificuldade.







Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A entrega do kit educativo constituiu um momento estratégico para reforçar o aprendizado e consolidar as informações compartilhadas durante a roda de conversa. Cada item do kit foi pensado para tornar o conteúdo acessível e aplicável no dia a dia das participantes, estimulando hábitos de cuidado com a saúde e valorizando a prática do aleitamento materno.

Além disso, a elaboração e distribuição do material educativo possibilitou que as bolsistas do PET-Saúde desenvolvessem diversas competências essenciais para sua formação profissional. Entre elas, destacam-se o planejamento de atividades, a comunicação efetiva com diferentes públicos e a capacidade de adaptar conteúdos científicos complexos para formatos pedagógicos e lúdicos, compreensíveis e atraentes para a comunidade. Essa experiência aproximou o ensino teórico do contexto real de atuação profissional, permitindo que as bolsistas compreendessem melhor os desafios da promoção da saúde, a importância da escuta ativa e a necessidade de estratégias educativas culturalmente sensíveis e socialmente adequadas.

Adicionalmente, a experiência mostrou que ações contínuas e planejadas coletivamente, como a realização das rodas de conversa e a construção da cartilha educativa, têm grande potencial para ampliar o conhecimento da comunidade sobre a amamentação, desfazer mitos e informações equivocadas e fortalecer práticas de cuidado baseadas em evidências. Ao envolver diretamente os participantes, essas atividades permitiram a troca de saberes e experiências, estimularam o diálogo entre profissionais e comunidade e contribuíram para a conscientização sobre a importância do aleitamento materno, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Durante a experiência no PET-Saúde, ficou evidente que o programa vai além de uma extensão acadêmica. O aprendizado ocorreu de forma prática, próximo da realidade do trabalho que os estudantes provavelmente terão na rede SUS. A vivência do ensino-aprendizagem interprofissional permitiu que aprendessem enquanto atuavam, enfrentando situações reais e desafios do dia a dia da atenção à saúde. A colaboração com profissionais de diferentes áreas mostrou-se essencial para compreender que o cuidado ao indivíduo envolve aspectos técnicos, emocionais e sociais, ampliando a compreensão sobre saúde e atenção à população.

Ao atuar em equipes interprofissionais, pudemos observar na prática o quanto a interação entre saberes distintos enriquece o processo de cuidado. Essa experiência reforçou a importância de aprender em contexto real, fora dos muros acadêmicos, e como o diálogo, a troca de experiências e o trabalho colaborativo fortalecem não apenas o conhecimento técnico, mas também habilidades de comunicação, tomada de decisão compartilhada e sensibilidade cultural. Sentimos na prática como é possível construir cuidado humanizado e ético, ao mesmo tempo em que crescemos como futuros profissionais de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que a integração entre ensino, serviços de saúde do município e comunidade indígena constitui um potente instrumento de formação profissional e promoção da saúde. A participação no PET-Saúde Equidade possibilitou vivenciar de forma concreta o ensino-aprendizagem interprofissional, reforçando a importância da colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para a oferta de cuidados completos, humanizados e culturalmente sensíveis.

No encontro realizado, as atividades educativas sobre aleitamento materno, como a roda de conversa e a entrega do kit educativo, mostraram-se fundamentais para fortalecer a autonomia das mulheres da comunidade. Durante o encontro, foram esclarecidas dúvidas, corrigidas práticas inadequadas e identificadas barreiras à manutenção da amamentação. A

experiência evidenciou que a promoção do aleitamento materno requer um olhar integral sobre o binômio mãe-bebê, contemplando aspectos técnicos, emocionais, sociais e culturais, e que estratégias educativas adaptadas à realidade da comunidade contribuem de forma significativa para o cuidado materno-infantil.

Além disso, a experiência proporcionou o aprendizado prático da gestão, planejamento e execução de ações de saúde em contexto real, permitindo aos estudantes desenvolver competências essenciais para atuação futura na rede SUS, como comunicação efetiva, sensibilidade cultural, trabalho em equipe e tomada de decisão compartilhada. O contato direto com a comunidade possibilitou perceber a relevância de construir estratégias de cuidado baseadas na escuta ativa, diálogo e respeito às especificidades locais.

Portanto, a vivência no PET-Saúde Equidade configurou-se não apenas como um espaço de aprendizado acadêmico, mas também como um espaço de transformação social, contribuindo para a formação de profissionais de saúde mais críticos, reflexivos e aptos a atuar de maneira integrada, ética e humanizada, em consonância com os princípios do SUS e com as necessidades das populações atendidas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. S. *et al.* Conhecimento das gestantes residentes em comunidades rurais sobre o aleitamento materno. **Enferm Foco**, v. 12, n. 6, p. 1125-1131, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n6.4774>.

BARBOSA, A. S. *et al.* Interprofissionalidade, formação e trabalho colaborativo no contexto da saúde da família: pesquisa-ação. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 5, p. 67-79, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042022e506>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.435, de 12 de abril de 2017**. Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 421, de 03 de março de 2010**. Institui o Programa de Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde realiza primeira oficina do programa de equidade das trabalhadoras no SUS. **Fiocruz Brasília**, 2024. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/saude-realiza-primeira-oficina-do-programa-de-equidade-das-trabalhadoras-no-sus/>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; Cadernos de Atenção Básica, n. 23). ISBN 978-85-334-1561-4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/guia-alimentar-para-criancas-brasileiras-menores-de-2-anos/>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital SGTES/MS nº 11, de 16 de setembro de 2023. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde: Equidade. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, ed. 218, p. 189, 17 nov. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, F. P. *et al.* Experiências de médicos brasileiros em seus primeiros meses na Atenção Primária à Saúde na Terra Indígena Yanomami. **Interface** (Botucatu), v. 25, e200212, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200212>.

MACIEL, V. B. S. *et al.* Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], nov. 2019. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/diversidade-alimentar-de-criancas-indigenas-de-dois-municipios-da-amazonia-ocidental-brasileira/17427?id=17427>. Acesso em: 9 set. 2025.

MODAK, A. *et al.* The psychological benefits of breastfeeding: fostering maternal well-being and child development. **Cureus**, v. 15, n. 10, e46730, 9 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7759/cureus.46730>. Acesso em: 9 set. 2025.

MORAIS, I. F. de; MEDEIROS, S. M. de. PET-Saúde interprofissionalidade: contribuições, barreiras e sustentabilidade da educação interprofissional. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. 1-18, 2023. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/interface.220319>. Acesso em: 9 set. 2025.

OGATA, M. N. *et al.* Interfaces entre a educação permanente e a educação interprofissional em saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, p. 1-9, 2021. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2020018903733>. Acesso em: 9 set. 2025.

PAIVA, M. V. S. *et al.* Educação em saúde com gestantes e puérperas: um relato de experiência. **Revista Recien – Revista Científica de Enfermagem**, v. 10, n. 29, p. 112-119, 2020.

PINTO, K. R. *et al.* Dificuldades na amamentação: sentimentos e percepções paternas. **J Nurs Health**, v. 8, n. 1, e188106, 2018.

ROSA, J. B.; DELGADO, S. E. Conhecimento de puérperas sobre amamentação e introdução alimentar. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 4, p. 1-9, 2017.

SANTANA, G. S.; GIUGLIANI, E. R. J.; VIEIRA, T. O.; VIEIRA, G. O. Factors associated with breastfeeding maintenance for 12 months or more: a systematic review. **Jornal de Pediatria (Rio J.)**, v. 94, n. 2, p. 104-122, 2018.

SANTOS, L. M. D. A. *et al.* Autoeficácia de puérperas em amamentar: estudo longitudinal. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-7, 2022.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular em saúde: repensando conceitos e práticas. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 9, p. 121-130, 2001.

VICTORA, C. G. *et al.* Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. **The Lancet**, v. 387, n. 10017, p. 475-490, jan. 2016. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)01024-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)01024-7). Acesso em: 9 set. 2025.